

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: BASE PARA A RELAÇÃO ÉTICA DO HOMEM COM O MEIO AMBIENTE

Calvino Brabo de Vasconcelos¹

RESUMO

É importante destacar a necessidade da Educação Ambiental nas escolas. Não como uma disciplina específica, mas entrelaçada em todas as demais disciplinas. Mas para isso é importante que haja uma formação, ou preparação, do educador para que possa ter uma visão correta do que é Educação Ambiental. A Educação Ambiental é a principal ferramenta para consolidar uma relação de ética do homem para com o meio ambiente, pautada não mais num modelo antropocêntrico, mas numa relação ética tendo a vida como o centro das discussões, preocupando-se com a qualidade de vida das gerações atuais e futuras. Para que a Educação Ambiental seja, de fato, instaurada no meio escolar, é necessário o entendimento de seus conceitos e teorias vinculados à prática, pois somente assim a Educação Ambiental será trabalhada de acordo com a realidade do meio onde o aluno está inserido e não de maneira ingênua que facilmente se vê no cotidiano escolar. É possível verificar que a Educação Ambiental nasce com os movimentos sociais que exigem que a escola assuma essa temática no seu currículo. É importante levar em consideração que a aprendizagem neste contexto evidencia de fato a necessidade de avançarmos cada vez mais no sentido de aproximar nossas reflexões, práticas e atitudes mais conscientes aos desejos de mudanças que alimentam nossa capacidade de responder a todos os desafios que implicam numa Educação Ambiental transformadora.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Senso Crítico, Meio Ambiente

¹ Licenciado pleno em Matemática pela Universidade Federal do Pará, Licenciado Pleno em Ciências Biológicas pela universidade federal do Pará, Pós graduado em Educação Ambiental pela Universidade Salgado de Oliveria, Mestrando em Ciência da Educação pela Faculdade de Ciências Humanas da Paraíba (Sapiens – Unasur). Trabalho como professor de matemática em escolas de ensino fundamental e escolas de ensino médio em Breves, Marajó, estado do Pará.

INTRODUÇÃO

A Educação ambiental vem sendo uma das principais discussões ocorridas por ambientalistas e educadores. Hoje a inserção da Educação ambiental nas instituições educativas é um processo que está cada vez mais presente na sociedade, principalmente nas práticas pedagógicas.

Com os problemas ambientais ocasionados em nosso país é imprescindível que se discuta com mais veracidade estes problemas, haja vista que a Educação Ambiental numa perspectiva crítica ocorre na medida em que o professor assume uma postura reflexiva.

Neste contexto Jacobi (2005) entende a Educação Ambiental como uma prática pedagógica, representando a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação em potenciais fatores de dinamização da sociedade e de ampliação da responsabilidade socioambiental.

Este trabalho destaca-se pela necessidade de se fazer entender a importância que a Educação Ambiental tem na formação de um cidadão crítico para os problemas ambientais que integram a nossa sociedade. A educação é uma ferramenta imprescindível para que este cidadão possa entender melhor o mundo.

Por essa concepção, o grande desafio da Educação Ambiental é articular o saber prático dos grupos locais com o conhecimento formal, ou seja, contribuir de forma emancipatória, incorporando um determinado projeto de sociedade e, conseqüentemente, de educação.

Nessa perspectiva, tem-se a educação ambiental como espaço político pedagógico formador de opinião. Um espaço público de educação, por meio do qual atores sociais podem se mobilizar pela defesa de seus direitos ambientais ou para denunciarem danos ambientais, para que possam também entender de forma mais consensual a relação homem e meio ambiente e suas responsabilidades perante os recursos naturais. Tornando este cenário da Educação Ambiental um espaço de construção e de defesa da ética no relacionamento homem-meio ambiente.

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Historicamente a inserção da educação ambiental na agenda do debate internacional coincide com os fóruns de debate acerca das questões ambientais, isto é, está intimamente articulada ao campo ambiental, às críticas que começaram a ser elaboradas, pelo movimento ecologista contestatório, em relação ao estilo de vida e ao comportamento de uma sociedade consumista e depredadora.

Em 1968 foi realizada, em Roma, uma reunião de cientistas dos países desenvolvidos para discutir o consumo, as reservas de recursos naturais não renováveis e o crescimento da população mundial até meados do Século 21.

As conclusões do Clube de Roma, como ficou conhecida essa reunião, deixam clara a necessidade urgente de se buscar meios para a conservação dos recursos naturais e controlar o crescimento da população, além de se investir numa mudança radical na mentalidade de consumo e procriação. O ponto essencial da questão não é somente a sobrevivência da espécie humana, porém, ainda mais, a sua possibilidade de sobreviver sem cair em um estado inútil de existência (REIGOTA, 2009).

A Organizações das Nações Unidas (ONU) realizou em 1972, em Estocolmo, na Suécia, a primeira Conferência Mundial de Meio Ambiente Humano (REIGOTA, 2009). Uma resolução importante da conferência de Estocolmo foi a de que se deve educar o cidadão para a solução dos problemas ambientais. Podemos então considerar que aí surge o que se convencionou de Educação Ambiental. A UNESCO – organismo da ONU – responsável pela divulgação e realização dessa nova perspectiva educativa, realizou seminários regionais em todos os continentes, procurando estabelecer os seus fundamentos filosóficos e pedagógicos.

Em 1975 foi realizada em Belgrado, na então Iugoslávia, uma reunião de especialistas em educação, biologia, geografia, entre outros, quando se definiram os objetivos da Educação Ambiental, publicados no que se convencionou chamar A Carta de Belgrado (REIGOTA, 2009).

Em Tbilisi, na Geórgia (EX-URSS), em 1977, realizou-se o primeiro Congresso Mundial de Educação Ambiental. Nesse mesmo período, a primeira ministra norueguesa, Gro-Brundtland, patrocina reuniões em várias cidades do mundo para se discutir os problemas ambientais e as soluções encontradas após a conferência de Estocolmo. As conclusões foram

publicadas em várias línguas. O livro *Nosso Futuro Comum* (Our Common Future), também conhecido por relatório Brundtland, fornece os subsídios temáticos para a ECO-92. É a partir desse livro que o conceito de Desenvolvimento Sustentável se torna mais conhecido. Aí também se enfatiza a importância da Educação Ambiental para a solução de problemas sociais, ambientais, econômicos e políticos (REIGOTA, 2009).

Nesse mesmo período, no Brasil, foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA, ligada a Presidência da República) que depois evolui e deu origem ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). A construção acelerada da legislação ambiental, além de palco da vontade popular, foi consequência da mudança democrática da nação. Ainda nesse período houve a promulgação da constituição da República Federativa do Brasil. Mas, o tratamento da Educação Ambiental de forma sistêmica em nível nacional continua embrionário até os dias de hoje (MAGALHÃES, 2006, p.90).

Em 1996, foi realizada a I Conferência Nacional de Educação Ambiental (I CNEA) que buscou consolidar propostas, definir temas e objetivos e orientar o processo de construção em nível nacional de um levantamento das ações em Educação Ambiental no país, a fim de subsidiar as discussões dos grupos brasileiros para a formação de grupos de representantes estaduais, do governo e da sociedade civil organizada, objetivando discutir questões e indicar a direção para a melhoria qualitativa na área da Educação Ambiental não-formal no Brasil. A conferência teve por objetivo criar um espaço para reflexão sobre as práticas da Educação Ambiental no Brasil, cujo resultado foi apresentado, em 1997, na Conferência Internacional Sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública Para a Sustentabilidade, em Thessaloniki, Grécia (MAGALHÃES, 2006).

Em 1999, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), foi sancionada, em 27 de abril, pela lei nº 9.795, que dispõe sobre a estruturação e institui a política que assegura a Educação Ambiental em território nacional. Essa lei reconhece a Educação Ambiental como componente urgente, essencial e permanente do processo educativo, formal e não-formal, de acordo com os artigos 205 e 225 da constituição brasileira (MAGALHÃES, 2006).

Segundo Magalhães (2006) na obra *a Educação Ambiental como instrumento de investigação e estratégia educativa para a educação em ciências e matemática* intitulada na obra *Educação Ambiental: Teoria e prática para as pessoas e as sociedades do século 21* diz que no Estado do Pará, nos anos de 1970 houve algumas atividades realizadas no campo da

Educação Ambiental formal, não-formal e informal que eram voltadas para a consolidação de um pensamento sobre a construção de um conceito amazônico de Educação Ambiental para a compreensão da relação homem, sociedade e meio ambiente. Dentre os quais vale destacar:

- Na década de 1970, foi instituída a Educação Ambiental em caráter oficial na educação básica com o aparecimento de Grupos de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental (GEPEA);
- Em 1988, foi criada a Comissão Executiva de Meio Ambiente (CEMA), da Universidade Federal do Pará, com atividades de Educação Ambiental em diversos campi do interior do estado;
- Em 1990, foi instituída a Educação Ambiental nas escolas públicas do Estado do Pará, com a criação da Comissão Interinstitucional para Implantação e Implementação da Educação Ambiental, através da Portaria nº 0487/90-GS/SEDUC;
- Em 1991, foi realizado o I Congresso Paraense de Educação Ambiental, no qual foram discutidos assuntos como: os cenários humano e ecológico e demanda da Educação Ambiental como solução da questão ambiental no meio intra e extra escolar.

A partir desse congresso foi criado um documento básico da Educação Ambiental do Estado do Pará, para subsidiar o governo do Estado do Pará, na leitura do cenário humano e do meio ambiente paraense, o qual foi apresentado e discutido no Seminário Internacional sobre meio ambiente, pobreza e desenvolvimento da Amazônia (SINDAMAZONIA) para consolidar as diretrizes para Conferência Mundial da ONU em 1992 no Rio de Janeiro. Tais documentos nortearam as discussões nas microrregiões do estado.

DESENVOLVENDO O SENSO CRÍTICO

Em concordância com SANTOS (2000), como em nosso país a educação é deficiente, o fato do povo ser manipulado através da televisão, de religiões e de grupos sociais minoritários é ainda mais marcante e “perigoso”. Se bem educadas, as pessoas não aceitariam tanto descaso quanto aos problemas sociais, ambientais e políticos. A cultura brasileira prega a “memória curta”, pois no momento em que determinado fato está acontecendo a repercussão é garantida, mas não dura muito. O problema maior sobre este assunto é a impunidade dos infratores.

Os frequentes crimes ambientais que vêm ocorrendo não seriam aceitos de modo algum e as empresas seriam multadas, interditadas e teriam seus nomes “difamados” no mundo

inteiro. Deste modo a Educação Ambiental deve estar entrelaçada em todas as disciplinas do ensino fundamental e posteriormente no ensino médio. Dando continuidade, o ensino superior deve, em seu âmbito, instruir os futuros profissionais, das mais diversas áreas a procurarem maneiras “verdes” de executarem seus serviços, a prestigiarem empresas e produtos ecologicamente corretos e, principalmente, levar este aprendizado ecológico para dentro de suas casas e vidas (SANTOS, 2000).

Desenvolver o Senso Crítico é a maneira mais fácil e menos impactante de acabar com o poder devastador dos apelos promocionais dos que querem ter o povo em suas mãos apenas para vender mais sem terem de se preocupar com a qualidade, com as constantes agressões ao meio ambiente, com a opinião dos clientes, ou melhor, que opinião? Sem este Senso Crítico desenvolvido, não há como opinar. Esta é a proposta de inserir a Educação Ambiental em nosso cotidiano, embasar as comunidades exploradas e manipuladas para que estas possam opinar, criticar e se organizar para reivindicarem seus direitos.

Para que as gerações futuras não sofram com a degradação causada pelos maus gestores urbanos e ambientais, devemos dar voz ativa aos futuros cidadãos do planeta azul. Se as crianças crescerem com participação gradual nas decisões políticas da sociedade em que habitam, estarão assim se tornando pessoas críticas e respeitadas. (SANTOS, 2000).

A partir do momento em que a “linha de frente” de nosso país for decidida de seus objetivos, seja no plano ambiental, econômico ou político estará dado o primeiro passo para o cumprimento do lema “Ordem e Progresso”. Afinal, “devemos tomar consciência de que não herdamos a Terra de nossos pais, mas a emprestamos de nossos filhos” (SANTOS, 2000).

Uma criança que cresce submissa, assim será até o final de sua vida. Precisamos de pessoas que saibam questionar e não aceitar de pronto, que reclamem seus direitos com embasamento para que possam sustentar argumentos impactantes.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO EDUCAÇÃO POLÍTICA

Em concordância com Reigota (1994), precisamos ter claro que o problema ambiental não está na quantidade de pessoas existente no planeta e que necessita consumir cada vez mais os recursos naturais para se alimentar, vestir, morar. Pois, é importante entender que o problema está no consumo excessivo desses recursos por uma pequena quantidade da

população mundial e no desperdício e produção de artigos inúteis e de mau agouro à qualidade de vida. Não se trata de garantir a preservação de determinadas espécies animais e vegetais e dos recursos naturais, não esquecendo a importância destas questões. O que deve ser prioridade são as relações econômicas e culturais entre homem natureza e homem humanidade.

Dessa forma, o componente filosófico da Educação Ambiental é tão importante quanto o comportamental. Assim, a Educação Ambiental deve ser entendida como Educação Política, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social e autogestão, ou ao menos gestão (realmente) participativa.

A Educação Ambiental como Educação Política enfatiza a questão “por que fazer”, antes de “como fazer”. Considerando que a Educação Ambiental surge num momento histórico de grandes mudanças no mundo, ela tende a questionar as opções políticas atuais e o próprio conceito de educação existente, exigindo-a criativa, inovadora e, principalmente, crítica. Um papel de extrema importância na Educação Ambiental é ocupado pela ética.

A educação ambiental deve orientar-se para a comunidade. Deve proporcionar um incentivo para os indivíduos participarem ativamente da resolução de problemas no seu contexto de realidade específica. É de suma importância a participação dos cidadãos na definição de um projeto econômico, portanto político. “Os cidadãos do mundo atuando em suas comunidades” (Reigota, 1994), é a proposta traduzida na frase muito usada nos meios ambientalistas: “Pensamento global e ação local”.

A Educação Ambiental não resolverá os complexos problemas ambientais planetários. No entanto ela pode influir decisivamente para isso, quando forma cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres. Os problemas ambientais foram criados por homens e mulheres e deles virão suas soluções. Estas obras não virão de gênios, pensadores ou políticos, mas de cada um de nós (SANTOS, 2000).

RELAÇÃO ÉTICA DO HOMEM COM O MEIO AMBIENTE

Desde o início dos tempos o homem sempre se apoiou na natureza para obter recursos e desenvolver-se, a começar pela extração de todo tipo de suprimento até matérias-primas para construir instrumentos para materializar o que tinha em mente. E dessa relação homem-meio

ambiente, o homem “recebe” a autorização para usufruto dos recursos visando a aquisição de seu bem-estar biopsicossocial, isto é, a sua qualidade de vida.

Segundo a Declaração sobre o Meio Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo, 1972): "O homem é ao mesmo tempo criatura e criador do meio ambiente, que lhe dá sustento físico e lhe oferece a oportunidade de desenvolver-se intelectual, moral, social e espiritualmente”.

Por essa razão, uma relação ética do homem com o meio ambiente é direito humano fundamental, até mesmo o direito à própria vida, mas é imprescindível que o homem mantenha o equilíbrio com o meio ambiente, pois se melhorarmos o meio ambiente que nos cerca, melhoramos nossa qualidade de vida.

Segundo SCHIROS, essa visão de equilíbrio homem-natureza se confirma na Carta da Terra: "A humanidade é parte de um vasto universo em evolução. A Terra, nosso lar, está viva como uma comunidade de vida única. As forças da natureza fazem da existência uma aventura exigente e incerta, mas a Terra providenciou as condições essenciais para a evolução da vida. A capacidade de recuperação da comunidade da vida e o bem-estar da humanidade dependem da preservação de uma biosfera saudável com todos seus sistemas ecológicos, uma rica variedade de plantas e animais, solos férteis, águas puras e ar limpo. O meio ambiente global com seus recursos finitos é uma preocupação comum de todas as pessoas. A proteção da vitalidade, diversidade e beleza da Terra é um dever sagrado".

E SCHIROS continua, dizendo que fazemos parte de algo grande, complexo e belo. Mas hoje, parece que, para o homem, a natureza é uma propriedade, um objeto que pertence a ele, a um semelhante ou ao governo. Hoje, a natureza é dinheiro. O homem se pergunta: o que posso tirar dela para produzir algo que me dê retorno financeiro?

Já sabemos que todas as nossas ações têm impacto sobre o meio ambiente. E precisamos acordar para o fato de que precisamos da natureza para sobreviver. Temos que aprender a não só querer receber, mas também a dar. A relação precisa ser de troca, não de dominância, nem de antagonismo. Não tem que ser "homem x natureza". Pode ser "homem e natureza".

RELAÇÃO DE CONFLITO

O fato é que estamos lidando com um ente vivo e que existem pessoas abusando dele. A extração de madeira de forma predadora é uma das coisas que fazem crer que muitas

instituições abusam do planeta Terra. O oxigênio também é algo de suma importância e existem seres humanos que parecem não se preocupar com ele quando põem suas máquinas para funcionar, liberar no ar substâncias tóxicas que além de nos prejudicar, ferem também a camada de ozônio. Um dos graves influentes no buraco na camada de ozônio é a poluição causada por todo maquinário que as pessoas usam para realizar suas tarefas. Será que nós criamos uma natureza alto destrutiva? (RAUL, 2010)

Podemos ver que a própria criação humana entra em conflito com a criação natural, e a natureza a nossa volta foi totalmente criada por nós e estamos caminhando para uma destruição se logo não começarmos a cuidar de nossa terra como cuidamos de nós mesmos. Criar consciência que nós somos totalmente ligados pelos pés ao nosso planeta: Somos um só, homem e Natureza é como o reflexo do espelho. A energia retorna quase que exatamente como é enviada. Logo, tudo o que for emanado ao planeta será devolvido para nós (RAUL, 2010).

Porque nos esquecemos, com uma naturalidade assustadora, de que somos parte da natureza, não seus senhores. Precisamos nos unir à natureza e procurar entendê-la para que nossa sobrevivência seja possível. Precisamos parar de achar que somos o centro do universo e que fauna e flora foram feitos para nos servir. Compreender a natureza e vê-la em toda a sua grandeza para torná-la nossa aliada. Porque, se não descobirmos como ser aliados da natureza, o caminho da raça humana pode ser tortuoso.

Temos que mudar a nossa perspectiva, aprender a olhar a vida de outra forma. Tarefa difícil, mas não impossível. E como vamos chegar lá?

NOVO MODELO

Lester Brown e Hugo Penteado (in SCHIROS, 2010), por exemplo, acreditam que é preciso mudar o paradigma econômico em que nossas vidas se baseiam. A economia tradicional vê os recursos como ilimitados, mas já estamos cansados de saber que nossos recursos são limitados. Se forem usados sem que sejam repostos, logo acabarão. Esse novo paradigma, onde natureza e pessoas são importantes, exige uma reestruturação do pensamento econômico e cultural. Trabalho difícil, considerando o quão arraigados estão os conceitos de exploração à exaustão em prol do crescimento econômico e de consumo desenfreado, já que hoje vemos os bens como facilmente descartáveis.

Além disso, segundo Berna, é preciso considerar que este avanço sobre os recursos do Planeta não se dá de maneira igual para todos. Existe um enorme desequilíbrio entre África e Ásia, que usam os recursos do Planeta em torno de 1,4 hectares por pessoa, enquanto na Europa Ocidental este uso chega a 5,0 hectares e a dos norte-americanos, a 9,6 hectares. Os brasileiros usam em média 2,3 hectares.

O que está em discussão é um novo modelo de valores e princípios que deverá nortear nossa ação no mundo. Grosso modo, existem duas grandes visões em confronto. Uma visão economicista não solidária, que transforma tudo em mercadoria, incluindo a força de trabalho e a inteligência humana e todo o planeta junto, para o fortalecimento e enriquecimento de um pequeno grupo de nações e grandes empresas. Esta é a visão dominante, que nos trouxe até aqui. E outra visão, de uma economia solidária não só com as pessoas, exigindo melhor justiça social e distribuição de riquezas, mas também mais respeito ao Planeta e todas as suas formas de vida (BERNA, 2010).

Entretanto, não devemos apostar muito no triunfo de uma visão contra a outra, pois os privilegiados de sempre tenderão a fazer como os monarcas do passado: liberar alguns anéis para não perder os dedos. E isso já começou se observamos os discursos dos poderosos que incluem sempre que podem a necessidade de combate à pobreza e a preservação ambiental.

Isso soa falso, diante de exemplos como o dos EUA que sozinho gasta cerca de 1 bilhão de dólares por dia em armamentos ou quando se recusam a assinar o Protocolo de Kyoto para não reduzir seus enormes índices de poluição para todo o Planeta, mostrando ao mundo que coloca seus interesses econômicos acima dos interesses coletivos de toda a Humanidade.

Quando pensamos em mudanças, precisamos enfrentar um fato objetivo: de onde vem o poder dos poderosos? Da força das armas e de seus exércitos? Claro que não. Vem do povo. É o povo quem dá força aos poderosos. É o povo quem elege e “deselege” políticos e é quem compra ou deixa de comprar produtos e serviços que criam ou destroem as mega empresas. Só que o povo não tem a consciência de sua força, como um enorme elefante que permanece prisioneiro numa corrente que agora é fraquinha, mas não era quando ele era pequeno e tentava se libertar (BERNA, 2010).

Será que o povo deseja mesmo uma economia solidária, como se fôssemos uma enorme colméia de abelhas onde cada um faz a sua parte para o bem de todos, ou no fundo no fundo, que vença o melhor e o mais forte?

Berna afirma que o que está em discussão, é o grau de civilidade que a Humanidade como um todo está disposta a adotar. Precisamos nos olhar diante do espelho para saber se nossas palavras, pensamentos, valores, desejos, não contradizem nossos atos. Enfim, qual é a nossa idéia de felicidade, para nós e para os que dependem de nossos atos aqui e agora para ter qualidade de vida no futuro?

A ecologia veio mostrar que nossa espécie não é a mais importante da Criação, pois dependemos tanto da natureza quanto a mais comum das bactérias. Tão simples assim. Sem planeta, não há espécie humana, justiça social, riqueza ou democracia.

Nossa rota sobre o planeta será insustentável, enquanto nossa idéia de felicidade for baseada na posse de bens materiais e na acumulação de riquezas, enquanto *ter* for mais importante que *ser*. Então, se pretendemos que os poderosos do mundo mudem, precisamos também saber se estamos mudando a nós próprios, para não continuarmos a criar poderosos com nossos falsos sonhos e perspectivas de felicidade.

CADA UM FAZENDO A SUA PARTE

De acordo com KRAEMER (in BASSI , 2010), o ideal almejado por uma satisfatória aplicação das práticas de desenvolvimento sustentável, estudados e amparados pela Educação Ambiental, é a satisfação das necessidades básicas da população, a saber, educação, alimentação, saúde, lazer, etc.; a solidariedade em se tratando das gerações futuras através da preservação do ambiente de modo que tenham possibilidade de viver bem; a participação da população envolvida pela conscientização da necessidade de conservar o ambiente e cada indivíduo fazer a parte que lhe cabe para que tal objetivo seja alcançado; a conservação dos recursos naturais como a água, o oxigênio, o solo, etc.; a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas buscando a erradicação da miséria e do preconceito; a efetivação dos programas educativos responsáveis por disseminar e inculcar essa cultura sustentável a todos os cidadãos desde a infância até a idade adulta.

A questão positiva, de acordo com Bassi, é uma maior conscientização e valorização do meio ambiente, mas ainda a humanidade está longe de aprender a consumir e interagir com o mesmo, e de entender que é um ser participante do ciclo natural e não o dominante.

A EDUCAÇÃO COMO BASE DO EQUILÍBRIO ÉTICO

A Educação Ambiental é uma das ferramentas indispensáveis para que a sociedade possa melhor compreender os problemas ambientais ocorridos no nosso planeta. Ela é percebida como uma das importantes estratégias na construção de uma nova mentalidade e um novo modelo de desenvolvimento com utilização sustentada dos recursos naturais, levando em conta no seu processo à concepção de crescimento com equilíbrio social e equilíbrio ecológico (NEVES, 2005).

Daí vê-se claramente que a ação educativa tende a operar concomitantemente em dois níveis: em nível individual, na medida em que orienta o uso do meio e em nível societário, criando uma consciência crítica, capaz de lutar pela racionalização na utilização dos recursos naturais, do meio como um todo e, sobretudo, de apontar as distorções dos sistemas em relação ao ambiente.

Segundo Reigota (2009) é consenso na comunidade internacional que a educação ambiental deve estar presente em todos os espaços que educam o cidadão e a cidadã. Assim, ela pode ser realizada na escola, nos parques e reservas ecológicas, nas associações de bairro, nos sindicatos, nas universidades, nos meios de comunicação de massa etc.

Cada um desses contextos tem as suas características e especificidades que contribuem para a diversidade e a criatividade da educação ambiental. Nas Universidades e nas escolas a educação como um todo é importante para se trabalhar a problemática do meio ambiente e dando enfoque o equilíbrio harmônico que o homem deve ter com os recursos naturais. Pois, segundo Reigota (2009) um aspecto consensual sobre educação ambiental é que não há limite de idade para os seus estudantes. Ela tem uma característica de educação permanente, dinâmica, diferenciando-se apenas nos que diz respeito ao seu conteúdo, à temática e à metodologia, sendo que este processo precisa estar adequado para as faixas etárias a que se destina.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA NA ESCOLA

É comum se afirmar que o objetivo da educação ambiental é conscientizar alunos e comunidades. Ora, e o que é conscientizar? É um conceito com muitos significados, mas

normalmente quando as pessoas fazem menção a ele querem dizer: sensibilizar para o ambiente; transmitir conhecimentos; ensinar comportamentos adequados à preservação desconsiderando as características socioeconômicas e culturais do grupo com a qual se trabalha. Em resumo, dar ou levar consciência a quem não tem. E é aí que está o risco, pois fica pressuposto que a comunidade escolar não faz certo porque não quer ou não conhece ou não se sensibiliza com a natureza. Será que podemos afirmar isso com segurança? (LOUREIRO, 2007).

A questão não é somente conhecer para se ter consciência de algo, mas conhecer inserido no mundo para que se tenha consciência crítica do conjunto de relações que condicionam certas práticas culturais e, nesse movimento, superarmo-nos e às próprias condições inicialmente configuradas.

Logo, a educação ambiental crítica que se tem como proposta que se trabalhe nas escolas é a da problematização da realidade, de nossos valores, atitudes e comportamentos em práticas dialógicas. Ou seja, aqui conscientizar só faz sentido se for no sentido posto por Paulo Freire de “Conscientização”: de processo de mútua aprendizagem pelo diálogo, reflexão e ação no mundo. Movimento coletivo de ampliação do conhecimento das relações que constituem a realidade, de leitura do mundo, conhecendo-o para transformá-lo e, ao transformá-lo, conhecê-lo. Dinâmica escolar que reconhece as especificidades de professores, pais, alunos e demais integrantes da comunidade escolar, mas que não se pensa o acesso à informação e à cultura dissociada da contextualização da prática e da recriação da própria cultura (LOUREIRO, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação ambiental ainda vem passando por um processo de construção. Já é um assunto bastante conhecido e discutido no âmbito educacional, mas ainda não se consolidou de fato nas instituições escolares. Acredita-se que a construção de uma base teórica e conceitual pode ser o primeiro passo para que se consiga de fato esclarecer o que é a Educação ambiental e como ela pode ser usada para a construção de uma sociedade ética, responsável e comprometida com o meio ambiente e com os problemas que atormentam nossas vidas no que tange às questões ambientais.

Existem vários autores que definem o que é Educação Ambiental, mas o que temos que de fato perceber é qual a importância deste instrumento no processo educacional, pois a educação é um mecanismo capaz de atingir todas as esferas sociais e a inclusão da Educação Ambiental na escola pode ser um exercício para a construção de uma sociedade preocupada a solucionar problemas que afligem nossas vidas e tentar melhorar a qualidade de vida de nossa geração e das gerações futuras.

O enfoque crítico que é apresentado neste trabalho é uma preocupação que se tem com a abordagem ética que o educador deve ter quando se fala de Educação Ambiental. Porém, muitos educadores ainda pensam que falar em Meio Ambiente é mostrar a natureza como uma paisagem bela, ou então que Educação Ambiental é apenas não jogar lixo nos rios ou na rua, utilizando como recursos didáticos apenas cartazes visuais. Não se trabalha a realidade, não se expõem os fatos verdadeiros, não se constrói uma opinião acerca do problema. O que se deseja, de fato, é a consolidação dessas práticas vivas em que o aluno possa, verdadeiramente, buscar o que é belo no Meio Ambiente, mas também o que não é, e perceber a importância que nós, como seres humanos, temos na preservação, na transformação e no equilíbrio da relação com esse meio.

Promover uma Educação Ambiental que postule uma visão crítica da realidade social possibilita que os educadores percebam os benefícios gerados pela construção de uma sociedade realmente disposta a solucionar problemas ambientais, bem como gerar comportamentos mais conscientes em relação ao meio ambiente.

A ação direta do educador em sala de aula é uma das formas de levar a educação ambiental à comunidade e pode ser enriquecida ainda por atividades extracurriculares. Leituras, trabalhos escolares, pesquisas e debates são atividades que proporcionam aos alunos a compreensão e o entendimento das inadequações e dos problemas que assolam sua comunidade, e os levam ao processo de reflexão e análise crítica das ações que desrespeitam e destroem o que é de todos.

Porém, a Educação Ambiental não será eficaz se ficar somente nessas atividades intra-classe. É importante para o discente ver, tocar e até sentir o cheiro do problema e o resolva, ou ao menos tente resolvê-lo. Sempre com o acompanhamento do professor já capacitado para também visualizar possíveis soluções e fornecer as devidas orientações. Pois o professor é peça fundamental no processo de conscientização da sociedade sobre os problemas ambientais

e deve buscar desenvolver nos educandos hábitos e atitudes sadios de conservação ambiental e respeito à natureza, fazendo deles cidadãos conscientes e comprometidos com o futuro do local onde vivem.

A educação é o alicerce da construção do desenvolvimento humano sustentável. É necessário elaborar estratégias e programas de educação voltados às preocupações com o ambiente, destinados tanto ao ensino escolar como à educação informal, com a perspectiva da educação permanente ser empregada pelas escolas e demais segmentos da sociedade.

É chegado o momento em que a educação em todos os níveis deve ser orientada para a disseminação de uma relação bioética do homem com o meio ambiente. Pois principalmente através da Educação teremos cidadãos preocupados com o meio onde vivem, conscientes de seus direitos e deveres e com atitudes e comportamentos ambientalmente corretos, e também um sentido de responsabilidade ética.

REFERÊNCIAS

- BASSI, Isabela Minatel. **Relação Homem-Natureza, Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental**. Disponível em: www.scribd.com/articles. Acesso em: 30 jun. 2014.
- BERNA, Vilmar. **O Planeta Sobreviverá, a Questão é se Sobreviveremos com Ele**. Disponível em: <http://www.escritorvilmarberna.com.br/artigos/pensamento-ecologico/o-planeta-sobrevivera-a-questao-e-se-sobreviveremos-com-ele.html>. Acesso em: 30 jun. 2014.
- DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: Princípios e práticas**. 7. ed. São Paulo: Gaia, 2001.
- FRACALANZA, H. As pesquisas sobre educação ambiental no Brasil e as escolas: alguns conceitos preliminares. In: TAGLIEBER, J. E; GUERRA, A.F.S. (Org.) **Pesquisa em educação Ambiental: Pensamentos e reflexões; I Colóquio de Pesquisadores em Educação Ambiental**. Pelotas: Ed. Universitária, UFPel, 2004. P. 55-77
- JACOBI, Pedro Roberto. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educ. Pesqui.** São Paulo. v. 1.31. n.2. maio/ago. 2005
- LOUREIRO, C.F.B. **Educação ambiental crítica: contribuições e desafios**. (MEC) Vamos cuidar do Brasil. São Paulo, 2007.
- MAGALHÃES, Luiz Marconi Fortes (Org.). **Educação ambiental: teoria e prática para as pessoas e as sociedades do século 21**. Belém: Alves, 2006.
- NEVES, Josélia Gomes. **A educação Ambiental e a questão Conceitual**. Disponível em: <http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=369&class=21>. Acesso em: 30 jul. 2014.
- RAUL, Jorge. **A natureza e o homem**. Disponível em: www.pt.shvoong.com/tags/natureza. Acesso em: 30 jul. 2014.
- REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- SANTOS, Aristides Faria Lopes dos. **Educação Ambiental: Desenvolvendo o Senso Crítico**. Disponível em: <http://www.apoema.com.br/mono1.htm>. Acesso em: 30 jul. 2014.
- SCHIRO, Silvia D. **Homem e natureza: uma relação de disputa?** Disponível em: <http://www.verbeat.org/blogs/facaasuaparte>. Acesso em: 30 jul. 2014.
- SILVA, Maria das Graças; CABRAL, Maria da Conceição Rosa. **Educação Ambiental: abordagens teórico-conceitual e perspectivas práticas**. Série Cadernos de Alfabetização Científica. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG, 2004